



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: REDENÇÃO – 1º Ofício de Registros Públicos de Redenção (RI, RTD/PJ e RCPN)
Polo/Região Judiciária: Redenção
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO
Data da publicação: 23/02/2024
Data da abertura da correição: 13 de março de 2024
Data do encerramento da correição: 13 de março de 2024
Observações:

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: Cartório do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	
Código Nacional da Serventia (CNS): 067330	CNPJ: 320671300001-38
Endereço: Rua Frei Gil de Vila Nova, n. 046 centro – Redenção – PA	
Telefone fixo: XXXX	Celular: (94) 99183-4807
e-mail: cartorio1imoveisredencao@gmail.com	Celular Plantão (RCPN): (94) 99185-0395
ATRIBUIÇÕES	
<input type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input checked="" type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input checked="" type="checkbox"/> Registro de Títulos e Documentos	<input checked="" type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input checked="" type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: Juacy Raimundo da Silva Filho	
Status do(a) responsável: <input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 286.108.222-49
Endereço: Rua França, Qd 15 Lote 20	Ato de nomeação: PORTARIA 2175/2018 Data da posse / exercício: 22.08.2018
Telefones: (94) 991827046	E-mail: cartorio1imoveisredencao@gmail.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: GABRIELA SILVA DOS SANTOS	
CPF: 523.637.592-49	Portaria de designação: 002/2018
Endereço: Rua Pedro Aires da Silva, n. 052 – Park dos Buritis – I Redenção – PA – CEP: 68.552-280	Telefones: (94)991018021 E-mail: gpyneiro@gmail.com
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art .24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providências:
PREPOSTOS	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispondo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispendo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
16	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
17	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
19	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
20	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

29	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
30	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
31	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
32	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
33	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
34	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
35	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
36	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? () SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
37	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
38	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

39	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
40	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
41	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
42	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
43	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) Cartório de Registro.</p> <p>Observações/Providências:</p>
44	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
45	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
47	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

48	A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
49	Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
50	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
51	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
52	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
CERTIDÕES NEGATIVAS	
53	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input checked="" type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
54	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
55	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
57	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Apresentada em correição, com programação de de pagamento para o dia 20/03/2024.
58	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Apresentou em Correição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

59	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: Foi apresentada a regularização.
60	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: Apresetadas em correição.
61	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	
62	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
63	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
64	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
65	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
66	O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
67	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
68	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
69	A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:*

- 2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente físico virtual

Observação:

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM NÃO

Observação: Pela própria Tri7, empresa que presta serviço

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM NÃO

Observação:

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM NÃO

Quantos? (especificar)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM NÃO. Especificar

Observação:

Possui software antivírus e antissequestro?

- SIM NÃO

Observação: Sistema Mcaffz

Possui firewall?

- SIM NÃO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	Observação: Possui proxy? (x) SIM () NÃO Observação: Possui banco de dados? (x) SIM () NÃO Observação: Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação:
PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
71	A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
72	A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
73	A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
74	A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
75	A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
76	A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? () SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	
1	Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
6	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none">- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

17	Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
18	Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
19	Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ? () SIM () NÃO Observações/Providências:
20	Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
21	A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
22	São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC? () SIM () NÃO Observações/Providências:
24	São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?() SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

26	A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: Não possui unidade interligada.
-----------	---

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - RTD/RCPJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS	
1	O Livro "A" Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Na escrituração do Livro "A" Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	3. A escrituração do Livro "A" Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício?(X) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D” Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>Como são mantidos os arquivos dos exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados? são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>A serventia possui todos os livros próprios das atribuições de RTD/RCPJ, conforme legislação em vigor?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 149/2023)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

19	A serventia está cumprindo a Orientação Institucional nº 002/2023 do IRTDPJ (obrigatoriedade de de adesão à Redesim), disponibilizada para todos os cartórios do Estado do Pará a partir de novembro/2023? * Item inserido para as Correições em 2024 por força de Decisão/Ofício Circular expedida no PJECor nº 0004223-03.2023.2.00.0814 (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição realizada no ano anterior? () SIM () NÃO Observações/Providências:
21	Providências a serem adotadas:

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO DE IMÓVEIS

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS	
1	Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

7	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
8	<p>Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
9	<p>Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
10	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
12	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
15	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

16	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrares, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
18	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
19	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
20	<p>São atendidas as determinações do provimento nº 89/2019 (CNJ) relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI (, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamenta, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês? (Provimento CNJ nº 115/2021) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: conforme documento em anexo.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

26	<p>O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Consignar data do último acesso: 13 /03/24</p> <p>Observações/Providências:</p>
27	<p>A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
28	<p>O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
29	<p>O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
30	<p>O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
31	<p>O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observação:</p>
32	<p>Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
33	<p>O Cartório acessar diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

35	O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONRcom seus atos devidamente atualizados? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
36	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências: 4.84ha.
37	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m ² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
38	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correção anterior? () SIM () NÃO Observações/Providências:
	Providências a serem adotadas:

OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Registro de Imóveis (CSN 067330), ocorreu no dia 13 de março de 2024.

A serventia encontra-se provida, tem como Oficial Registrador/Tabelião o Sr. Juacy Raimundo da Silva Filho e possui as atribuições de Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, bem como de Registro de Imóveis.

O expediente da serventia é das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 16:00. Os funcionários cumprem 08 horas de trabalho diário com 02 horas de almoço. Funciona em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados, a fim de atender as demandas de Registro Civil das Pessoas Naturais relativas ao nascimento e óbito, em conformidade com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 8.935/1994 e art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 6015/1973, para tanto, funciona em regime de sobreaviso, disponibilizando o número de telefone celular.

Foi apresentado o Livro de Empregados, sem as devidas atualizações trabalhistas. No livro constam fichas referentes às contratações, sem demonstração de regularidade. Solicitadas as pastas de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

cada um dos empregados, o Delegatário informou que não possui.

Durante a correição, foram apresentadas as Portarias da Substituta Legal, bem como dos 05 Escreventes autorizados.

A serventia encontra-se identificada. Na fachada do prédio, constam os dias e horário de funcionamento, inclusive do plantão, bem como a discriminação de todos os serviços.

O prédio onde funciona a serventia é alugado, tendo sido adaptado para o funcionamento da serventia. A última reforma ocorreu no ano de 2020.

O prédio é amplo, oferece acessibilidade às pessoas com necessidades especiais, sendo dividido por atribuições, entretanto, possui infiltrações, inclusive na sala do Delegatário, o que não justifica por se tratar de serventia classe 3, conforme ranking fixado pelo Conselho Nacional de Justiça no Provimento n. 74/2018-CNJ.

Por ocasião da correição, foi apresentado o comprovante de pagamento do Alvará de Funcionamento da Prefeitura. O Alvará de Funcionamento do Corpo de Bombeiros estava vencido.

A serventia possui sistema eletrônico de distribuição de senhas, divido por atribuição, porém a identificação das prioridades legais é feita de forma geral e não por atribuição.

O arquivo da serventia encontra-se localizado em espaços diferentes. O arquivo de Registro Civil de Pessoas Naturais fica em uma sala no final do prédio. Os livros de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas ficam na sala onde é prestado o serviço.

Em relação às matrículas imobiliárias, parte estão em fichas e outras em livro. O Registrador informou que passou a utilizar o sistema de fichas ano passado.

O acervo de Registro de Imóveis não se encontra localizado em um único lugar. Há livros antigos no arquivo e fichas na sala onde é prestado o serviço.

De acordo com o Registrador, as matrículas constantes nos livros antigos somente são transformadas em fichas por demanda, de modo que há lacunas entre as matrículas impressas em fichas, aparentando certa desorganização, embora o Delegatário tenha alegado que todas as matrículas já constam em sistema.

Ademais, grande parte das matrículas ainda não possuem o Código Nacional de Matrícula (CNM), tendo sido recomendado a imediata correção.

Questionado se comparece diariamente à serventia, embora tenha afirmado proceder dessa forma, o Delegatário alegou que não há qualquer dispositivo legal, tampouco normativas da Corregedoria Geral de Justiça, obrigando o comparecimento diário do Titular ao serviço dada a natureza da delegação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ocorre que, as atividades notariais e de registro são serviços públicos, cujo exercício é delegado a particulares, competindo ao Poder Judiciário realizar a fiscalização destes, conforme se infere do § 1º, do art. 236, da Constituição Federal. Desse modo, compete a este Órgão Correcional verificar a efetiva atuação do Delegatário junto à serventia, em face do seu poder hierárquico e disciplinar, como forma de resguardar eventual responsabilidade do Estado sobre os atos praticados no serviço.

No momento da correição já vigorava a nova Tabela de Emolumentos, entretanto, a serventia ainda disponibilizava ao público a tabela antiga. Questionado, o Titular do serviço respondeu que já havia providenciado a nova tabela e até o dia seguinte à correição iria fixá-la nas dependências do cartório.

A serventia oferece recibo automatizado, no qual consta o valor dos emolumentos e do ISS, porém não menciona os valores alusivos ao FRC/FRJ.

O Titular do serviço afirmou ainda não ter suscitado dúvida ao Juiz de Registros Públicos, mas asseverou ter ciência de que deverá fazer por meio do PJE, caso haja necessidade.

O backup do acervo da serventia é feito em nuvem ao final do dia pelo sistema TRI7. O backup físico é feito no próprio servidor.

Durante a correição, não foi possível verificar a regularidade do Livro de Controle de Depósito Prévio, em razão das alegadas inconsistências no sistema TRI7. O Titular do serviço foi orientado a apresentar posteriormente o respectivo relatório.

A serventia ainda não possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos ali praticados. Segundo o Delegatário, todas as matrículas estão digitalizadas e já foram remetidas à ONR; os atos de Registro Civil de Pessoas Naturais estão no sistema CRC a partir de 2010, porém todos já constam no sistema TRI7; os atos relativos ao Registro de Títulos e Documentos estão sendo digitalizados dos mais novos aos mais antigos e os atos de Registro Civil de Pessoas Jurídicas anteriores a sua assunção ao serviço ainda encontram-se pendentes de digitalização.

No momento da correição, a serventia possuía pendências em relação à declaração de selos de segurança, mas o assunto já estava sendo tratado junto à Divisão de Arrecadação Extrajudicial, conforme relatório situacional em anexo.

O Delegatário do serviço apresentou Certidões Negativas de Débitos perante as Fazendas Públicas Municipal e Estadual apenas pelo seu CPF. Afirmou que a serventia não se encontra cadastrada na prefeitura como contribuinte pessoa jurídica e o ISS é recolhido e repassado por meio do seu CPF.

Apresentou ainda os seguintes documentos:

1- Cópia da última GPS (Guia de Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

FGTS);

2- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT pelo CPF do Delegatário, os vínculos laborais são todos em nome deste;

3- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF pelo CPF do Delegatário, os vínculos laborais são todos em nome deste;

4- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF da Delegatária e pelo CNPJ da serventia;

5- Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses.

Em relação ao Provimento n. 149/2023 – CNJ concernente à implantação de políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, a Delegatário indicou o Sr. Simião Raimundo da Silva como Oficial de Cumprimento.

Assim como, assegurou que havendo indícios de prática de crime dessa espécie é feita a devida comunicação ao COAF, as comunicações são parametrizadas pelo sistema. Não obstante, foi orientado a sempre preencher o campo observações para pormenorizar o motivo da comunicação, não bastando apenas informar os códigos do sistema.

Verificou-se que a serventia não informa este Órgão sobre a existência ou inexistência de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao COAF, tendo sido recomendado a proceder dessa forma, no prazo previsto no art. 153 do Provimento n. 149/2023-CNJ.

O Titular do serviço afirmou não ter recebido qualquer solicitação do COAF ou do CNJ referente ao assunto.

Tendo, ainda, garantido que mantém cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores nos atos notariais protocolares e de registro de conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, §§ 1º e 2º, do Provimento 149/2023 – CNJ, mediante sistema informatizado.

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ. Há 01 funcionário da área de TI que trabalha na operação do sistema e das cópias de segurança e contratou uma empresa para manutenções técnicas com suporte.

Em visita à área do data center, constatou-se que os 02 aparelhos de ar condicionado existentes no local são insuficientes para manter o ambiente refrigerado, razão pela qual o Titular do serviço foi alertado no sentido de reparar tal questão.

Com relação ao Provimento 149/2023 – CNJ e Provimento n. 10/2021 (Tratamento de Proteção dos Dados Pessoais – LGPD), constatou-se que a serventia precisa se adequar às normas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

pertinentes ao assunto.

A serventia não está totalmente integrada ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, há pendência em relação ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Quanto ao serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais, a serventia mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos tanto no formato físico como eletrônico, este a partir de 2021, através do sistema TRI7.

Feita a análise, por amostragem, no Livro A-320 (Nascimento), Livro B-49 (Casamento) e Livro C-58 (Óbito), verificou-se que estes contêm assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento.

Verificou-se que a serventia possui folhas em branco numeradas e com impressão da assinatura do Oficial, os atos são impressos nessas folhas e quando atingem o número de 200, elas são encadernadas.

Quanto às comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na serventia, as anotações são feitas à margem do livro, através de etiquetas. Quando o registro primitivo tiver sido feito em outra serventia, a comunicação é feita via CRC.

Os editais de proclamas de casamento são publicadas no e-proclamas, via CRC-Nacional.

Escrevente da serventia exerce a função de Juiz de Paz, nomeado através da Portaria n. 001/2024, apresentada em correição.

Feita a análise, por amostragem, nos Livros A-296, B-49 e C-58, verificou-se que é observada a territorialidade para a lavratura, respectivamente, dos assentos de nascimento, casamento e óbito.

As certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade são encaminhadas ao Juiz competente quando a mãe deseja declarar o nome do pai.

Na sala onde é feito o atendimento de Registro Civil de Pessoas Naturais há um cartaz informando sobre a gratuidade do atos, em observância ao art. 30, § 3º-C, da Lei n. 6.015/1973.

A serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil de Pessoas Naturais – CRC, antes de proceder a lavratura de registro de nascimento, somente quando a Declaração de Nascido Vivo (DNV) é muito antiga.

Foi relatado que ainda não ocorreu na atual gestão registro de pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica.

Feita a análise, por amostragem, nos Livros A-320 e C-62, verificou-se que os registros de nascimento e os assentos de óbito contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Lei n. 6.015.

Em caso de registro de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos, a serventia formaliza a notificação ao Ministério Público.

O acervo relativo às gestões anteriores ainda não foram digitalizados e alimentados na Central de Registro Civil – CRC. A serventia não possuía pendências junto ao Serviço Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC, conforme relatório em anexo.

A serventia não possui unidade interligada em funcionamento nos hospitais e maternidades do município.

Quanto ao serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídica, feita a análise, por amostragem, do Livro 01-A, constatou-se que estes possuem as colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135, bem com os requisitos previstos no art. 146, todos da Lei n. 6.015/1973.

Verificou-se, ainda, que o protocolo é encerrado diariamente, conforme determina o art. 150, parágrafo único, da Lei n. 6.015/1973.

Em correição, verificou-se que são mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos do ofício, tanto no formato físico como eletrônico.

Os certificados de notificação ou da entrega de registros previstos no art. 160, *caput*, da Lei n. 6.015/1973, são lançados em sistema, e também constam em livro.

A serventia faz a escrituração do Livro “D” Indicador Pessoal somente em sistema (TRI7). Geralmente a busca é feita pelo nome da parte, mas há outras formas de busca

A serventia possui o Livro B, para escrituração de matrícula das oficinas impressoras, jornais periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, porém não consta nenhum registro nele.

Os exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados, são mantidos em arquivo físico e eletrônico.

A serventia possui todos os livros próprios da atribuição de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

Quanto ao serviço de Registro de Imóveis, a documentação é recepcionada mediante protocolo eletrônico, através do Sistema TRI7, sendo impresso mensalmente.

O sistema encerra automaticamente o protocolo no final do dia, especificando a data e a quantidade de documentos protocolizados.

Solicitado um modelo de recibo, verificou-se que havia uma observação afirmando que o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

registro seria realizado dentro do prazo de 30 dias. No entanto, a funcionária da serventia explicou que realizado o protocolo, o sistema gera a data limite para realização do ato, qual seja, 20 dias úteis, atingida a data o sistema encerra automaticamente a prenotação.

A escrituração do Livro 4 – Indicador Real e Livro 5 – Indicador Pessoal é feita apenas em sistema. Feita pesquisa, por amostragem, no Indicador Real, foi possível localizar imóvel pelo endereço, mas existem outras formas de busca. No Indicador Pessoal, é possível fazer busca pelo cpf e nome.

As matrículas imobiliárias estão sendo transportadas para fichas. Ainda existem cerca de 26 livros, cujas matrículas serão transformadas em fichas.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

- 01.** Apresentar através de contador fichas atualizadas dos funcionários da serventia (item 02). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 02.** Fazer os reparos necessários na serventia, a fim de eliminar as infiltrações (item 05). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 03.** Apresentar Alvará de Funcionamento do Prédio do Corpo de Bombeiros (item 09). **PRAZO: 10 DIAS.**
- 04.** As senhas de prioridade devem ser distribuídas por atribuição (item 19). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 05.** Fazer constar nos recibos entregue aos usuários do serviço os valores alusivos ao FRJ e FRC (Item 22). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 06.** Apresentar relatório referente ao Livro de Controle de Depósito Prévio. Na hipótese de existirem casos em que o serviço não tenha sido realizado, proceder a devolução dos valores aos interessados (Item 36). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 07.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de promover o registro de conteúdo eletrônico de todos os atos de registro, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 39). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 08.** Regularizar as pendências descritas no Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial (item 47). **PRAZO: 60 DIAS.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

-
- 09.** Apresentar Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CNPJ da serventia (item 56). **PRAZO: 15 DIAS.**
- 10.** Quando da comunicação ao COAF sobre indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, detalhar no campo observação o motivo da comunicação, não sendo suficiente apenas fazer uso dos códigos do sistema (item 63). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 11.** Comunicar à Corregedoria Geral de Justiça sobre a inexistência ou existência de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao COAF, no período estipulado no art. 153 do Provimento n. 149/2023-CNJ (item 64). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 12.** Melhorar a refrigeração do data center (item 70). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 13.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Censor, com a finalidade de adequar integralmente a serventia ao Provimento n. 10/2021 -CGJ e ao Provimento n. 149/2023 – CNJ, relativos ao Tratamento e proteção dos dados Pessoais – LGP (itens 72, 73, 74, 75 e 75).
- 14.** Integrar totalmente ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos – SERP (item 76). **PRAZO: 60 DIAS.**

RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS:

- 01.** Evitar de manter folhas em branco, constando apenas a assinatura do Delegatário e o número da página, a fim de evitar possíveis irregularidades (Item 02). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 02.** Criar o hábito de realizar consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, antes de lavrar qualquer registro de nascimento, independentemente da Declaração de Nascido Vivo – DNV ser antiga (item 18). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 03.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, com a finalidade de promover a digitação e integração do acervo da serventia ao sistema CRC, para tanto, deve indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 23). **PRAZO: 60 DIAS.**

RELATÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS:

- 01.** Modificar observação constante no recibo entregue ao usuário do serviço, de modo que fique claro que a validade da prenotação é de 20 dias úteis e não 30 dias (item 02). **PRAZO: 10 DIAS.**
- 02.** Fazer constar nas matrículas o Código Nacional de Matrículas - CNM (item 08). **PRAZO: 120 DIAS.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Relatório do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil.

Anexo II - Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2024.08.06 11:24:23 -03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Corregedor da CGJ

MONICA CRISTINA DE
AZEVEDO
HONDA:57778698234

Assinado de forma digital por
MONICA CRISTINA DE AZEVEDO
HONDA:57778698234
Dados: 2024.08.23 10:45:05 -03'00'

MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA

Assessora Jurídica da CGJ